

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00231/2026)

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Corrente/PI	CNPJ:	06.554.257/0001-71
Endereço:	AV. MANOEL LOUENÇO CAVALCANTE - S/N	CEP:	64980-000
Bairro:	NOVA CORRENTE	Fax:	
Telefone:	(089) 3573-1225		
E-mail:	prefeitura.corrente.pi@gmail.com		
Representante	FILEMON JOSE FRANCISCO DE SOUZA NOGUEIRA PARANAGUA	Complemento:	
CPF:	058.920.868-36	Data início da	01/01/2025
Cargo:	Prefeito		
E-mail:	prefeitofilemon@gmail.com		

CREDOR

Unidade Gestora:	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE CORRENTE-PI	CNPJ:	11.580.245/0001-51
Endereço:	AV. MANOEL LOURENÇO CAVALCANTE - S/N	CEP:	64980-000
Bairro:	NOVA CORRENTE	Fax:	
Telefone:	8903573-1000		
E-mail:	correnteprev@gmail.com		
Representante	MARA RODRIGUES DE SOUSA NOGUEIRA	Complemento:	
CPF:	416.916.951-49	Data início da	01/01/2017
Cargo:	Gerente		
E-mail:	mara_drrigues@hotmail.com		

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº LEI Nº 836 DE 05/11/2025 E LEI Nº 844 DE 13/01/2026 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE CORRENTE-PI é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Corrente da quantia de R\$ 2.458.461,58 (dois milhões e quatrocentos e cinquenta e oito mil e quatrocentos e sessenta e um reais e cinquenta e oito centavos), correspondentes aos valores de Outros Critérios - EC 136 (300 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 03/2025 a 08/2025, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Corrente confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 2.458.461,58 (dois milhões e quatrocentos e cinquenta e oito mil e quatrocentos e sessenta e um reais e cinquenta e oito centavos), será pago em 300 (trezentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 8.194,87 (oito mil e cento e noventa e quatro reais e oitenta e sete centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 8.194,87 (oito mil e cento e noventa e quatro reais e oitenta e sete centavos), vencerá em 10/03/2026 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais composto de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 0,00% (zero vírgula zero por cento), conforme Lei nº LEI Nº 836 DE 05/11/2025 E LEI Nº 844 DE 13/01/2026.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00231/2026)

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo INPC acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais composto de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais composto de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 1,00% (um por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM para pagamento dos valores das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento, atualizadas na forma da cláusula terceira e da legislação do Município. A vinculação será formalizada, por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM, da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista na Cláusula Quarta ou a ocorrência de alguma das demais hipóteses rescisórias estabelecidas na lei municipal que autorizou este acordo.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 389 e 395 do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Corrente - PI / 23/01/2026

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00231/2026)

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	NOME	RESPONSABILIDADE	ASSINATURA DIGITAL
05892086836	FILEMON JOSE FRANCISCO DE SOUZA NOGUEIRA PARANAGUA	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 23/01/2026
41691695149	MARA RODRIGUES DE SOUSA NOGUEIRA	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 23/01/2026
27343308300	CARLOS CLEYTON RODRIGUES NOGUEIRA	Ordenador de despesa –	Assinado digitalmente em 23/01/2026



Este documento foi assinado digitalmente por completo em 23/01/2026 17:16:59.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=2241616&crc=6BD1E955>,
informando o código verificador: 2241616 e código CRC: 6BD1E955.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00231/2026)

DECLARAÇÃO

FILEMON JOSE FRANCISCO DE SOUZA NOGUEIRA PARANAGUA, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00231/2026, firmado entre o/a Corrente e o FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE CORRENTE-PI em 23/01/2026, foi publicado em ____/____/____ no

- () mural
() jornal ____ - Edição nº ____, de ____/____/____
() Diário Oficial do ____ - Edição nº ____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Corrente, ____/____/____

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	NOME	RESPONSABILIDADE	ASSINATURA DIGITAL
05892086836	FILEMON JOSE FRANCISCO DE SOUZA NOGUEIRA PARANAGUA	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 23/01/2026
41691695149	MARA RODRIGUES DE SOUSA NOGUEIRA	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 23/01/2026
27343308300	CARLOS CLEYTON RODRIGUES NOGUEIRA	Ordenador de despesa –	Assinado digitalmente em 23/01/2026



Este documento foi assinado digitalmente por completo em 23/01/2026 17:16:59.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=2241616&crc=6BD1E955>, informando o código verificador: 2241616 e código CRC: 6BD1E955.

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	00231/2026	Data	20/01/2026
Valor consolidado	2.458.461,58	Valor da prestação inicial	8.194,87
Número prestações	300	Vencimento 1ª prestação	10/03/2026

DEVEDOR

Ente Federativo	Corrente/PI	CNPJ	06.554.257/0001-71
Representante Legal	FILEMON JOSE FRANCISCO DE SOUZA NOGUEIRA PARANAGUA	CPF	058.920.868-36
Conta do FPM para	Banco do Brasil	Agência nº	0609-2
		Conta nº	4986-7

CREDOR

Unidade Gestora	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE CORRENTE-PI	CNPJ	11.580.245/0001-51
Representante Legal	MARA RODRIGUES DE SOUSA NOGUEIRA	CPF	416.916.951-49
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	0609-2
		Conta nº	26566-7

- O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como meio de pagamento das parcelas
- Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores das parcelas relativas ao Termo de Acordo de Parcelamento supracitado, enquanto estiver vigente o referido termo de acordo, observado o seguinte procedimento:
 - A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – Dataprev encaminhará ao Banco do Brasil, com a antecedência necessária, o demonstrativo atualizado do valor devido;
 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do FPM ligado ao ente federativo, no dia 10 subsequente, transferindo-o de imediato para a conta da unidade gestora; em caso de insucesso na tentativa de débito no dia 10, novas tentativas de débito deverão ser feitas nos dias 20 e 30 subsequentes; e
 - O valor devido, indicado para débito na conta do FPM ligado ao ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade do Ministério da Previdência Social e das partes do integrantes do acordo, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.
- O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.
- Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Corrente/PI - 23/01/2026

ASSINATURAS

BANCO DO BRASIL (*) CARLOS CLAYTON RODRIGUES NOGUEIRA - Secretaria Municipal de Orcamento e Financas
- Matricula 20218 - Ordenador despesa FPM

(*) Apenas para recebimento. Preencher nome, cargo e matrícula.

Carlos Clayton Rodrigues Nogueira
Secretário Municipal de Orçamento
e Finanças
Port. GP Nº 004/2025
C.P.F.: 273.433.083-00

Emmanuel Teixeira Nascimento
GERENTE GERAL - AG
2734732

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO

CPF	NOME	RESPONSABILIDADE	ASSINATURA DIGITAL
05892086836	FILEMON JOSE FRANCISCO DE SOUZA NOGUEIRA PARANAGUA	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 23/01/2026
41691695149	MARA RODRIGUES DE SOUSA NOGUEIRA	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 23/01/2026
27343308300	CARLOS CLEYTON RODRIGUES NOGUEIRA	Ordenador de despesa –	Assinado digitalmente em 23/01/2026



Este documento foi assinado digitalmente por completo em 23/01/2026 17:16:59.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

<https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=2241616&crc=6BD1E955>, informando o código verificador: 2241616 e código CRC: 6BD1E955.